DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 6507/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/9767/2015
PROTOCOLO	: 1602824
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: RICARDO FAVARO NETO
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 3ª FASE – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO COPA E COZINHAPARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICÍPAIS DE ITAQUIRAÍ – CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO REGULAR – QUITAÇÃO – ARQUIVAMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame da **Execução Financeira** do objeto do **Contrato de Administrativo nº 64/2015**, celebrado entre o **Município de Itaquiraí** como contratante e a empresa **Nivaldo de Souza Meira - Epp** como contratado, o qual decorre do procedimento licitatório realizado na modalidade de **Pregão Presencial nº 24/2015.**

O objeto desta contratação pública é a aquisição de material de consumo, copa e cozinha, com fornecimento parcelado até dezembro de 2015, para atender demanda das Secretarias Municipais de Itaquiraí, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) com o valor **de R$ 65.278,15 (sessenta e cinco mil duzentos setenta oito reais e quinze centavos).**

A **Decisão Singular DSG-G.ICN-3137/2016**, proferida no Processo TC-9787/2015 publicada no DOE-TCE/MS nº 1327 de 16/05/2016 conforme fl.652 daqueles autos, julgou **regular** o procedimento licitatório de **Pregão Presencial nº 24/2015**, obedecendo ao procedimento determinado no art. 122, inciso II do Regimento Interno, visto tratar-se de procedimento que gerou contratações coletivas.

Posteriormente a **Decisão Singular DSG-G.ICN-4692/2017** (fl.656), publicada no DOE-TCE/MS nº 1559 de 31/05/2017 conforme certificação de fl.659, julgou **regular** a formalização do Contrato Administrativo nº 64/2015.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo procedeu à análise dos atos praticados no curso terceira fase haja vista o encerramento da execução contratual e assim emitiu o seu juízo de valor opinando pela **regularidade** dos atos da execução financeira consoante Análise **"ANA - 2ICE - 12510/2018"** á Peça Digital nº 17 (fls. 661-666).

O douto Ministério Público de Contas, seguindo o mesmo entendimento, prolatou o r. Parecer "**PAR - 2ª PRC - 8459/2019**" á Peça Digital nº 18 (fl. 667) opinando pela **regularidade** dos atos praticados nesta fase ora examinada.

É o relatório.

Averiguadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II "b" da Resolução Normativa TC/MS n° 76/2013, dou prosseguimento ao exame de mérito, que incide sobre a execução financeira, segundo o art. 120, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 e art. 120, inciso III alínea "b" considerando que o procedimento resulta de contratações coletivas, em razão do encerramento da execução contratual.

O presente **Contrato de Administrativo nº 64/2015** tem por objeto a aquisição de material de consumo, copa e cozinha, com fornecimento parcelado até dezembro de 2015, para atender demanda das Secretarias Municipais de Itaquiraí, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) com o valor **de R$ 65.278,15 (sessenta e cinco mil duzentos setenta oito reais e quinze centavos).**

O contrato vigorou no período de **30/03/2015 a 31/12/2015**, posto que em 28/01/2016 foi enviado o Ofício nº 30/2016/Licitação informando o encerramento do contrato (fl.557).

Quanto aos atos de execução financeira, vejo que os mesmos foram realizados em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64[1], demonstrando, na íntegra, a consonância entre os valores empenhados, liquidados e pagos, resumidamente assim demonstrados:

Resumo Total da Execução	
Valor Contratual Inicial e Final	R$ 65.278,15
Notas de Empenho	**R$** 65.278,15
Anulações de Notas de Empenho	**R$** 30.513,37
Saldo de Notas de Empenho	**R$ 34.764,78**
Ordens de Pagamento	**R$ 34.764,78**
Notas Fiscais	**R$ 34.764,78**

Embora o valor contratual tenha exacerbado o percentual máximo de supressão estipulado no § 2º do art. 65 da Lei 8.666/1993[2], não há que se falar em inconsistências, visto tratar-se de contrato por estimativa de consumo, de acordo com as necessidades da administração.

[1] Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

[2] **§ 1o** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
§ 2o Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Por Conseguinte, quanto a remessa ao Tribunal de Contas da documentação necessária para a análise da 3ª fase está em conformidade com a INTCE/MS nº 35/2011, posto que foi remetida em 29/01/2016, conforme comprovação à fl. 576, portanto, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do ultimo pagamento, ocorrido em 04/01/2016, comprovante de fl. 642.

Apreciado o feito e aferido o cumprimento das exigências legais o Corpo Técnico se pronunciou pela **regularidade** dos atos de execução financeira.

No mesmo sentido, o d. Ministério Público de Contas exarou o r. Parecer opinando pela **regularidade** dos atos ora em apreciação.

Ante o exposto, em acordo com a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo d. Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, II, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da execução financeira do **Contrato de Administrativo nº 64/2015** celebrado entre **o Município de Itaquiraí** (CNPJ nº 15.403.041/0001-04) e a empresa **Nivaldo de Souza Meira - Epp** (CNPJ Nº 00.073.351/0001-22), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. a alínea “a” do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno.

II – Pela **QUITAÇÃO** ao Ordenador de Despesas, Senhor Ricardo Fávaro Neto, CPF/MF nº. 328.742.359-20 para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

III - Pelo **ARQUIVAMENTO** do presente feito, após o trânsito em julgado, nos termos do art.173, V, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

IV - Pela **INTIMAÇÃO**, nos termos do art.50, I da Lei Complementar n° 160/2012, c/c o art. 94, da resolução Normativa TC/MS 76/2013.

É a decisão

Remetam-se os presentes autos ao Cartório para as devidas providências nos termos do ar. 70§2º, da Resolução Normativa TC/MS n° 76/2013.

Campo Grande/MS, 17 de maio de 2019.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

SCM